

Volume de emendas surpreende Bisol

O coordenador da subcomissão de patrimônio da CPI do Orçamento, senador José Paulo Bisol (PSB-RS), disse ontem que o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) deverá ser reconvocado para prestar novos esclarecimentos. O senador passou a manhã de ontem reunido com assessores e técnicos do setor de processamento de dados do Senado, e revelou que para analisar todas as emendas apresentadas pelo deputado foi necessário ampliar a memória dos computadores.

O deputado Ricardo Fiúza apresentou quatro vezes mais emendas ao Orçamento de 1992, durante o período de tramitação e após sua aprovação pelo Congresso, do que todos os demais parlamentares envolvidos no tráfico de emendas. As 853 emendas do deputado totalizaram sete bilhões de dólares, dos quais 611 milhões de dólares foram aprovados no período em que ele foi relator da Comissão de Orçamento e depois como executor das emendas, na condição de ministro da Ação Social do governo Collor.

O senador Bisol está analisando as emendas que representam maiores repasses de verbas do Orçamento, para buscar reflexos na evolução patrimonial dos parlamentares patrocinadores dessas emendas. Ele lembrou que na votação do Orçamento de 1992, os parlamentares foram responsáveis por alterações e transferê-

cias de recursos da ordem de CR\$ 25 trilhões, em valores de janeiro de 1992 (equivalente a mais de 20 milhões de dólares), dos quais CR\$ 9,5 trilhões referiam-se a emendas do deputado Fiúza.

Prestígio — Na opinião de Bisol, isso caracteriza o grande poder político que o deputado desfrutou à época, primeiro aprovando emendas como relator da Comissão de Orçamento e depois liberando os recursos correspondentes, quando ministro da Ação Social.

Além das informações que serão tiradas da análise das emendas executadas, Bisol terá como subsídio para o novo depoimento de Fiúza elementos mais objetivos sobre a inserção de emendas depois de aprovado o Orçamento de 1992 pelo Congresso. "Estamos investigando, uma por uma, as emendas inseridas depois, para checar quais as que foram realmente executadas pelo Governo.

Bisol lembra, inclusive, que o relatório das emendas não é, a princípio, uma prova de que todas as liberações foram irregulares. Partindo deste relatório, os técnicos irão checar, por exemplo, a vinculação entre empreiteira que realizou a obra e o parlamentar que apresentou a emenda. Também será verificado se a liberação do recurso chegou até o município ou entidade, para a

realização da obra.

"Para verificar a aplicação dos recursos precisamos contar com as prefeituras e entidades, para saber se houve desvio", observa o senador gaúcho. Segundo Bisol, estes dados servirão para investigar os casos mais gritantes de casos de deputados que conseguiram a liberação das verbas de emendas apresentadas e ver o reflexo no patrimônio de cada um, individualmente.

Alterações — O senador afirmou que a CPI também já tem como comprovar que o Orçamento de 1992 foi alterado depois da sua votação pelo Congresso, de acordo com as denúncias feitas na época. Fiúza foi indicado para substituir o deputado João Alves (PPR-BA) e fechar o Orçamento para aquele ano. Depois de realizar este trabalho, Fiúza foi nomeado ministro da Ação Social, no lugar de Margarida Procópio, que deixou o ministério quando começaram a surgir as denúncias sobre o chamado Esquema PC.

O coordenador da Subcomissão de Patrimônio afirmou ainda que, entre as emendas acrescidas ao Orçamento por Fiúza de forma irregular, foram encontrados diversos exemplos de prefeituras que nem sequer receberam as verbas a elas destinadas. Bisol informou também que o acréscimo de despesas decorrentes das emendas feitas pela máfia do orçamento em 1992 chegou a 20 bilhões de dólares.